

- III - Documento original do plano de radioproteção, do laudo de levantamento radiométrico e do teste de radiação de fuga para o cadastro de equipamentos de radiodiagnóstico médico e odontológico, radioterapia e serviços de medicina nuclear “in vivo”, assim como de equipamentos de Raios-X de aplicação industrial (necessário para o CNAE 1099-6/99 – fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente, com atividade de fabricação de alimentos irradiados);
- IV - Cópia da autorização da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN para operação de equipamento de radioterapia e de aplicação industrial;
- V - Cópia da autorização da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN para preparo e uso das fontes radioativas não-seladas e comprovantes de registro perante aquela comissão para prestação de serviço de medicina nuclear “in vitro”, “in vivo” e de análises laboratoriais clínicas, quando for o caso;

Itens IV e V não se aplicam ao setor de alimentos;

- VI - Cópia da Portaria de lavra concedida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM para o cadastro de indústria de água mineral (necessário para o CNAE 1121-6/00 – fabricação de águas envasadas);
- VII - Outros eventuais documentos requeridos para situações específicas.

No caso de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e Distribuição de Água por Caminhão.

- VIII - Mapa da localização do poço 1:10000, descrevendo o uso e ocupação do solo e indicando as fontes pontuais com potencial de contaminação de solo e das águas subterrâneas, abrangendo raio de 500m do ponto de perfuração, conforme o artigo 1º da portaria CVS – 2/2007 e Resolução Conjunta SMA/SERHS/SES 3/2006;
- IX - Parecer técnico da CETESB, referente à qualidade ambiental, no caso da existência de área contaminada em um raio de 500m do ponto de perfuração, conforme o artigo 1º da portaria CVS – 2/2007 e Resolução Conjunta SMA/SERHS/SES 3/2006;
- X - No caso de comércio de água de terceiros é necessário apresentar a relação dos fornecedores de água e a comprovação de inscrição no CMVS na vigilância destes fornecedores.

Os documentos complementares deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados de sua solicitação, do contrario, o estabelecimento estará sujeito às medidas administrativas pertinentes.

Os documentos solicitados deverão estar dentro do prazo de validade conforme legislação específica.